

## **Fazendas mineiras e fazendeiros escravistas.**

Maria Lúcia Resende Chaves Teixeira  
Faculdade ASA de Brumadinho

### Resumo

Esta comunicação aborda a questão do enriquecimento das fazendas e o lugar social do fazendeiro escravista na sociedade mineira entre o final do século XVIII e meados do século XIX. Para isso, apresentamos o comportamento demográfico da população do Distrito da Lage, como uma região de acentuada concentração escravista. Na distribuição da escravaria, destacamos a posse de escravos, o tamanho da escravaria, a constituição por sexo, a nacionalidade dos cativos e distinguimos as particularidades da escravaria das fazendas em relação à do Arraial do Distrito. Encerramos com algumas considerações acerca da influência exercida pelos proprietários escravistas sobre o funcionamento da justiça.

Palavras chaves: riqueza, fazendas mineiras, escravos, justiça local.

Área Temática: História Econômica e Demografia histórica

## Introdução

As fazendas mineiras do final do século XVIII e primeira metade do século XIX são amplamente reconhecidas pelo seu caráter escravista e desde há, pelo menos, três décadas já se fala no tamanho da população escrava da Província Mineira.<sup>1</sup> Ao longo dessas décadas, discutiu-se em um processo historiográfico revisionista o significado da presença escrava nas Minas Gerais e seu papel econômico no abastecimento da Corte. Essa linha de estudos deu ênfase a uma gama de estudos que abordaram a presença escrava nas Minas, a posse e distribuição dos escravos pelo território da Província, a nacionalidade dos cativos, bem como a luta dos mancipios em busca de sua liberdade, ou em busca da aplicação das possíveis prerrogativas dentro da escravidão. A luta pelo fim da escravidão foi precedida por uma gama de disputas escravistas quer fossem em busca de situações destacadas dentro do cativo ou em busca de liberdade ou de reconhecimento de paternidade e direito de herança.

Os escravos mineiros que participaram na forma histórica de construção da riqueza, garantindo o trabalho nas fazendas, o funcionamento dos engenhos, das lavouras e das tendas de ferreiro e carpinteiro, bem como o transporte das mercadorias em tropas que circulavam as estradas mineiras carregadas de alimentos, construíram a história do abastecimento, em especial do Rio de Janeiro. Semelhantemente, esses cativos também fizeram ativamente sua história ao construir suas famílias e lutar por garantir as condições implícitas de manutenção do cativo enquanto sujeito histórico alienado de sua liberdade jurídica.

Esse capítulo da história de Minas se fez em grande conexão com o abastecimento e o comércio mercantil do Rio de Janeiro. Esse comércio com o Rio de Janeiro, sobretudo no seu estatuto de sede da Corte Portuguesa, a partir de 1808, ganha maior destaque historiográfico, mas está longe de representar o único empreendido pelas tropas mineiras. O comércio de bestas com Sorocaba, os caminhos do sul do Brasil, bem como os do norte foram continuamente trilhados pelas tropas de comércio e carga das Minas.

Em paralelo, outro grande eixo interpretativo foi aberto nos estudos sobre a escravidão no Brasil. Sílvia H. LARA (1988) abriu novas perspectivas ao seguir estudando os processos criminais e se deparar com intensa disputa entre cativos e senhores na região carioca dos Campos dos Goitacazes. Tal estudo exerceu forte influência historiográfica no tratamento da pesquisa sobre a escravidão, fato que desencadeou outra gama de questões sobre a mão-de-obra cativa utilizada no Brasil. Outros pesquisadores seguiram nessa trilha, procurando detectar a luta dos escravos em prol de suas conquistas ou em busca da liberdade.

A preocupação em conseguir a liberdade teve seus fundamentos nas próprias circulações mentais que ocorriam dentro da escravidão, pois esperava-se que, após algum tempo no cativo e após os vínculos criados entre a família de senhores e os longos anos de prestação de serviços escravos, os cativos conseguissem sua liberdade. Curiosamente CASTRO (1993, p.196) apresentou uma documentação da Corte de Apelação, onde escravos pertencentes ao Distrito da Lage, moradores na Fazenda das Lajes, lutaram nos tribunais em São João del Rei para provar que seus pais foram alforriados. Segundo a autora, a saga dessa família começou quando os alforriados e o alforriante morreram e seus descendentes foram vendidos como escravos. De maneira semelhante, CHALHOU (1990) também aborda a questão das lutas pelas alforrias.

---

<sup>1</sup> Os primeiros estudos que motivaram o movimento historiográfico que fez o revisionismo sobre a história de Minas e suas conexões com o Rio de Janeiro podem ser divididos em duas linhas: a primeira que sustentou as explicações sobre as práticas mercantis e de transportes entre o sul de Minas e o Rio de Janeiro e a segunda que salienta a presença dos escravos na Província mineira. No primeiro destacamos o papel de Alcir LENHARO (1979) que consagrou grande atenção ao papel histórico do abastecimento e a luta dos mineiros pelo poder político na Corte do Rio de Janeiro, sem esquecer de mencionar que esse estudo foi precedido por Mafalda ZEMELLA (1951), trabalho ao qual MAXWELL(1973) também acrescenta alento. O segundo deu ênfase a presença de grande contingente de população escrava na Província de Minas Gerais foi iniciado com Roberto MARTINS (1980,1982) que buscou referências em Francisco IGLESIAS (1958) e que foi seguido de perto por Douglas Cole LIBBY (1988), Clotilde de Andrade PAIVA (1996), além de dar entrada ao grande debate empreendido com Robert SLENES (1985).

Em diálogo com o debate sobre as condições da escravidão e sobre a constituição da riqueza mineira do século XIX, sustentada nas fazendas mercantilizadas e escravistas, que além de participarem do debate revisionista sobre a economia mineira do século XIX, se constituiu o estudo aqui apresentado sobre o Distrito da Lage.

### O Distrito da Lage e as fazendas escravistas

No contexto do debate sobre a economia mineira, a escravidão na Província e as abordagens sobre as relações escravistas é que o Distrito da Lage se mostrou como ponto a ser problematizado. O Distrito apresentou altos percentuais escravistas nas listas nominativas e mapas de população elaborados na década de 1830. Pertencente à Comarca do Rio das Mortes, termo da Vila de São José, o “distrito da Lage”, composto de fazendas e o Quarteirão do Mosquito revelaram possuir muitos escravos. O Distrito da Lage ficava próximo às antigas vilas mineiras de São João del Rei e de São José del Rei.

O Distrito de Lage despertou o interesse de pesquisa por um dado inicial específico: possuiu alto percentual de população escrava comparada com a livre. A porcentagem de escravos na população total do Distrito é das mais altas da Comarca. Foi o maior índice do termo de São José del Rei, apenas superado por cinco outros distritos do termo de São João del Rei, em 1835<sup>2</sup>. De acordo com as tabelas organizadas por MARTINS (1990, p. 23) a partir dos mapas de população confeccionados pelos juizes de paz para atender ao decreto de 1832 do Presidente da Província, Antônio Paulino Limpo de Abreu, o distrito de Lage apresentava 958 escravos contra 682 homens livres em 1835.

Embora o decreto fosse do ano de 1832, a autora acredita que as informações sobre a população dos distritos sejam dos anos de 1833 a 1835. Isso justifica a referência à população do Distrito da Lage como do ano de 1835, na tabela e texto abaixo. Ainda mais significativo é o fato de que esse alto percentual de escravos apresentado em 1835, já existia em 1795. Tomando os dados populacionais das listas de que dispomos temos os seguintes percentuais demográficos.

Quadro 1.1: População livre e escrava do Distrito de Lage (incluindo o quarteirão do Mosquito).

	Livres	%	Escravos	%	Total
1795	354	42,15	486	57,85	840
1831	583	46,90	660	53,10	1243
1835	682	41,59	958	58,41	1640
1838	890	46,52	1023	53,48	1913

Fontes: Rol de Confessados da Freguesia de S. Antônio da Vila de São José de 1795

Lista Nominativa de 1831

Mapas de População de 1833-35

Lista Nominativa de 1838.

Os dados demográficos mostram um distrito fortemente apegado à escravidão. A predominância numérica de escravos esteve presente em todos os momentos históricos para os quais há listas nominativas ou mapas de população. Semelhantes níveis de população escrava são suficientes para justificar a preocupação histórica com o distrito, principalmente quando se

<sup>2</sup> A grafia encontrada nos documentos varia entre Lages, Lage e muito raramente Laje. Optamos pelas mais frequentes que são Lage ou Lages, embora isso destoe da grafia atual.

considera que a posse de escravo é o maior símbolo de riqueza da época e pode indicar aspectos do dinamismo econômico da região.

O predomínio numérico dos escravos no distrito foi um fator de destaque em comparação com outras regiões. O entreposto regional de São João del Rei apresentou um comportamento demográfico muito diferente da Lage: em 1835 sua população livre somou 5235 pessoas e a escrava 1823 cativos, respectivamente 74,17% e 25,83%<sup>3</sup>.

A comparação com o termo de Campanha mostrou o quanto o índice do Distrito da Lage é alto. Nele, nenhuma localidade apresentou índices escravistas semelhantes aos de Lages. De acordo com os estudos de PAIVA & KLEIN (1992, p.135), os níveis percentuais de escravos nos distritos daquele termo pouco superavam os 30%. A despeito desses índices, os referidos autores o consideraram como escravista, afirmando: “Não obstante o predomínio de livres, cujo contingente era até mais numeroso do que o total de habitantes de um município mineiro típico, não há dúvida de que Campanha era uma sociedade escravista por qualquer definição do termo”.

De fato, a alta proporção de escravos na população do Distrito da Lage claramente sinaliza o dinamismo da economia local e se mostra bastante rica no fornecimento de informações para construção histórica da cultura escravista mineira no século XIX. No entanto, como as diferenças históricas entre o distrito estudado e São João del Rei são marcantes, a correlação esboçada tem sentido de salientar a presença escrava nas fazendas. Normalmente a escravaria representou a principal fatia da riqueza dos inventários dos fazendeiros, seguida pela propriedade da terra.

De uma forma geral, as fazendas apresentaram semelhantes conformações físicas e econômicas, variando apenas o volume dos bens e negócios existentes. A observação da situação dos fazendeiros detentores das maiores riquezas permite afirmar que o ideal da fazenda era açambarcar todas as atividades econômicas que sua riqueza permitisse, evitando, desse modo, a recorrência ao mercado para o abastecimento de determinados serviços. Isso explica a presença nos inventários de escravos carpinteiros, ferreiros, alfaiates, tropeiros, cozinheiras e outros. Ao mesmo tempo, a fazenda possuiu tenda de ferreiro, de carpinteiro, engenho de cana e pilões, cujas unidades foram descritas ao lado da presença de roças de feijão, milho e cana. Tudo isso foi coroadado com a presença dos títulos de créditos emprestados a juros e as dívidas ativas aguardando o pagamento dos negócios efetuados, de acordo com a descrição dos bens inventariados.

As fazendas detentoras das maiores riquezas foram as que mais tendiam à auto-suficiência. A preocupação de auto-abastecimento dos fazendeiros fora uma forma de se protegerem da necessidade de recorrer ao mercado para atender às necessidades mais básicas das fazendas, garantindo, desse modo, que os superávits havidos nas negociações externas permanecessem na fazenda, contribuindo para o crescimento do patrimônio. É provável que esta estratégia tenha sido a responsável pela acumulação de riquezas numa região com escassez de meios circulantes. Esse fato ajuda a compreender o paradoxo representado pelas Minas Gerais, com sua propalada mania de crédito, sua falta de moedas ao lado de fartas negociações que criavam um clima de relativa confiança. O maior ou menor volume desses negócios era o que ditava a capacidade de enriquecimento de cada fazendeiro.

Quanto à posse de bens considerados de luxo, pode-se dizer que ela também se comportou de acordo com a riqueza de cada propriedade. As mais ricas propriedades apresentaram alguns bens de luxo como talheres de prata, porcelana pó de vidro, alguns objetos de estanho, algumas peças do vestuário, relógio e corrente de ouro, até algumas joias. Nenhum caso, porém, se aproximou das tradicionais noções veiculadas sobre as riquezas das fazendas de café. Parece que a vida dos mineiros fora bem mais rústica e comedida, justificando as impressões registradas pelos viajantes do século XIX, sobre os fazendeiros da província mineira.

No entanto, não há dúvida de que os poucos bens existentes eram, na maioria dos casos, concessões ao luxo. Os inventários de fazendeiros mais pobres os apresentavam em escala muita mais reduzida e os inventários dos pobres do arraial não apresentavam, sequer, um prato de barro e talheres e bacias de arame.

---

<sup>3</sup> MARTINS (1990) p. 23.

Outro aspecto que se destacou nessa pesquisa foram as estratégias de posse que podem ter sido utilizadas para a concentração das riquezas nas mãos da elite proprietária das terras. Esse grupo procurou ampliar suas possibilidades econômicas na fronteira, abrindo novas terras e ampliando as possibilidades restritas do mercado colonial. É mais ou menos óbvio que essa região não encontrou as facilidades de acumulação típicas das áreas de exportação. Isso exigiu dela uma organização bastante racional de suas atividades econômicas, agregando um variado leque de comportamentos que garantiria sua capacidade de riqueza. Isso foi desde a ocupação de terras na fronteira até a utilização da reprodução natural dos escravos no somatório de seu patrimônio.

Tais complexos agrários apresentaram amplas bases produtivas. Envolviam-se com a criação de gado bovino e equino, com a produção alimentícia de subsistência através das roças de feijão, milho e cana, com a criação de carneiros e a atividade de produção de fios. Além disso, as tendas de ferreiro e carpintaria foram comumente arroladas na descrição dos bens, ao lado dos engenhos de cana e farinha. Coroando essa gama de atividades econômicas, normalmente encerrando a descrição dos bens, vinha a listagem dos créditos que se deviam ao inventariado. Percebe-se assim que, além das transações econômicas efetuadas a prazo, havia também uma prática bem disseminada de empréstimos financeiros a juros, demonstrados pela descrição dos títulos de créditos.

A mania de crédito observada por Mafalda ZEMELLA (1951) que citou o autor anônimo do “Roteiro do Maranhão a Goiaz” é confirmada nos inventários. A autora chamou a atenção para os abusos do crédito nas Minas, a ponto de gerar uma atmosfera de intranquilidade e insegurança econômica em meados dos setecentos. Parece que esta marca da economia mineira persistiu no século seguinte, dada a frequência das cartas de crédito e dos títulos a juros nos inventários. Outra circunstância de crédito, também observada pela autora, referiu-se ao adiamento do pagamento dos impostos de entrada das mercadorias, que seria efetuado apenas na volta. (ZEMELLA, 1951, p. 166-170).

Esta situação foi confirmada pelo inventário de Manoel José Parreiras, 1824, da Fazenda da Roça Grande, no quarteirão do Mosquito que apresentou uma enorme lista dos devedores de passagens dos Portos do Rio Grande e das Mortes “em que teve o inventariado este contrato por arrematação constante dos créditos, bilhetes e listas que se acham em poder de José Bonifacio dos Santos, como cobrador destas dívidas por trato que com ele fez a viúva inventariante, para em seu tempo dar contas... cobrar... a quantia de 7: 096\$ 352”.<sup>4</sup>

Garantindo a posse da terra, cerceando a mobilidade dos pobres e circunscrevendo-a para os livres, as elites se moveram em direção à fronteira assegurando a posse da propriedade para seus herdeiros. É provável que tal ideia ajude a compreender melhor os horrores com que socialmente se pintava o homem desenraizado e sem berço. Delineia-se, portanto, um quadro de restrições econômicas, mas que definitivamente não se marcou pela inexistência de oportunidades de acumulação de riqueza. Acredita-se que essa região de Minas Gerais contribui minimamente para a compreensão do funcionamento do processo de acumulação endógena de riquezas na economia colonial não exportadora. A maior certeza que esse estudo promoveu foi a confirmação das fazendas horizontalmente organizadas discutidas por MAXWELL (1973), das unidades economicamente diversificadas apresentadas por MARTINS (1980/1982), do dinamismo do centro-sul sugerido por LENHARO (1977). Os inventários demonstraram muito nitidamente que as riquezas nessa região das Minas Gerais tiveram sua sustentação amplamente diversificada.

A despeito da inexistência de limites bem definidos entre a área rural, dos quarteirões de fazendas, e o arraial em que se dividem as listas nominativas, e ainda, a despeito do desconhecimento de uma funcionalidade econômica própria do arraial, algumas diferenças significativas foram encontradas ao se comparar o comportamento demográfico do arraial com os quarteirões de fazendas.

Uma população de 348 habitantes no arraial se apresentou dividida em 295 livres e 53 cativos, enquanto nos quarteirões rurais um total de 1565 pessoas dividia-se em 597 habitantes livres e 968 cativos. Se o percentual escravo sofreu tanta variação, a razão de sexos acompanhou a

---

<sup>4</sup> Inventário de Manoel José Parreiras, 1824. cx555

mesma tendência. As mulheres no arraial somaram 197 pessoas, contrapondo-se a 151 homens. O inverso acontece com os quarteirões de fazendas. Neles as mulheres somam 657 e os homens 908 pessoas. Tal predominância masculina, é claro, reflete o desequilíbrio entre os sexos que sempre marcou as importações de cativos via tráfico negreiro internacional e pode sinalizar a dependência de Lages com relação ao comércio africano<sup>5</sup>. Embora seja importante ressaltar que a dependência de Lages quanto ao comércio de escravos africanos não excluiu a reprodução natural de cativos, que também muito contribuiu para a reposição de mão-de-obra escrava no distrito, a importação de africanos para o trabalho escravo sofreu um corte claramente definido depois de 1831.

Quadro 1.2: População do Arraial e das fazendas por sexo e condição.

População do Arraial			População das fazendas			
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Livres	123	172	295	310	287	597
Cativos	28	25	53	598	370	968
Total	151	197	348	908	657	1565

Fonte: Lista Nominativa do Curato da Lage de 1838

### A distribuição da propriedade de cativos

Apresentando-se como uma comarca muito apegada à escravidão, o Rio das Mortes possuiu uma população total de 110.465 habitantes, sendo 67.829 livres e 42.636 escravos, no ano de 1831. Os dados compilados a partir das tabelas organizadas por MARTINS (1990) apresentaram em termos percentuais a população livre da Comarca atingindo a cifra de 61,4% e a escrava 38,6%. Estes totais apresentados estão sub-representados em virtude da ausência de informação do Distrito de Tamanduá, Cristais e Aterrado, pertencentes ao termo de Tamanduá, e do Distrito de São João Batista pertencente ao termo de São José del Rei. Nesse universo populacional, Lages possuiu 41,58% de livres e 58,41% de escravos, percentuais demográficos quase que proporcionalmente inversos aos da comarca. Ocupou nela o sexto lugar em termos do peso da população cativa, apresentando, ainda, o maior índice de escravos do termo de São José.

A menor porcentagem de escravos no arraial não acarretou, necessariamente, uma maior distribuição da propriedade escrava. Aqui, proporcionalmente, os escravos estão concentrados. Dentre os 58 fogos, apenas 14 possuem os 53 escravos residentes no arraial. Os quatro maiores fogos proprietários de escravos concentram 31 escravos e pertenceram a um sapateiro pardo e os três restantes a lavradores brancos. Ainda um ferreiro branco casado possuiu 3 escravos.

Embora a estratificação social entre senhores, escravos e homens livres pobres exija cuidados para não se apresentar pouco realista, uma observação mais acurada dos fogos do arraial demonstra que se trata de uma população pobre. Quando tratou a escravidão fora das grandes unidades agroexportadoras Hebe MATTOS adverte para o risco da estratificação social entre senhores, escravos e livres pobres a partir do discurso das elites. Alertou para o fato de que “mais do que a ausência absoluta de acesso ao trabalho escravo ou à propriedade da terra, a incapacidade para a acumulação de capital e a auto-subsistência como fim último da produção é que definiriam aquela camada de homens livres desclassificada pelo discurso da época”. (CASTRO, 1988).

Diante disso, vários fatores permitem afirmar que a população do arraial era pobre e que a maioria dos fogos do Arraial não possuiu escravos. Tais fogos são pequenos e na maioria dos casos dificilmente se detecta a família nuclear ou os laços de parentesco. Muitos deles são chefiados por

<sup>5</sup> KLEIN (1978, 1986), ELTIS (1987), CONRAD (1985).

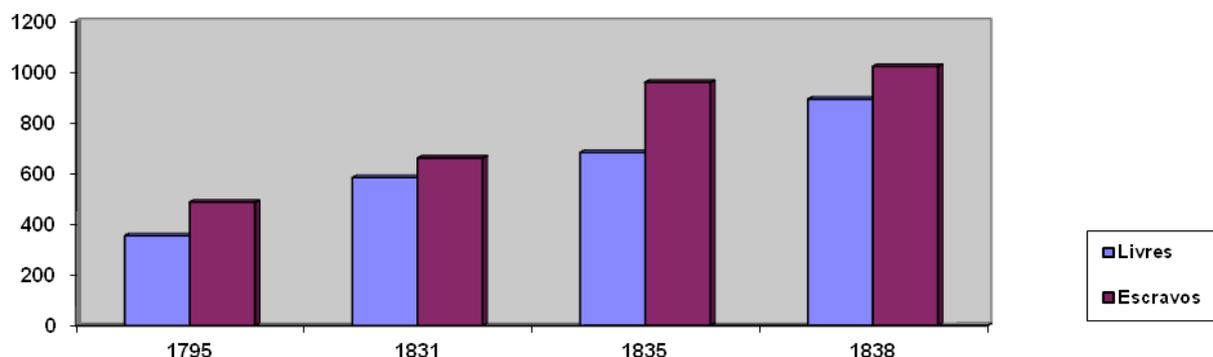
mulheres, mostrando-se comum a presença de 3 gerações, indicando um claro processo de ampliação da família no mesmo fogo. A presença de agregados adultos com ocupação nos fogos é outro fator que sinaliza a necessidade de aumento da capacidade de provimento da subsistência do grupo. Os agregados expostos também contribuíram para a composição dos fogos e, muito certamente, ampliavam a renda do mesmo. Enfim, a diversidade dos fogos é tão grande que dificilmente se conseguiria separá-los em categorias.

A dificuldade de apreensão da lógica interna ao fogo pobre do século XIX é um dos maiores desafios para o historiador. Porém, um exercício de comparação foi a metodologia aplicada para contornar essa dificuldade. Ao se comparar os fogos dos quarteirões de fazendas com os fogos do arraial é que se pode afirmar, com menores riscos, que o arraial teria representado o lugar da pobreza.

Outra análise que pode consolidar essa ideia é a diferença marcante no tamanho dos fogos. Se 348 habitantes no arraial constituíram 58 domicílios temos uma média de 6 pessoas por fogos. Já os quarteirões rurais com um total de 1565 pessoas, dividindo-se em 597 habitantes livres e 968 cativos, distribuídos por 116 fogos, apresentam uma média de 13,5 pessoas por domicílio. Além do mais, quando se detém apenas nos livres, a média de pessoas por fogos nos quarteirões é mais baixa que no arraial. Mais uma vez tem-se a marca da escravidão com o contingente cativo fazendo crescer a média das pessoas por fogos e sinalizando para maiores capacidades econômicas.

A configuração econômica do Distrito pode ser apreendida a partir do acompanhamento de seu comportamento demográfico. Tem-se a predominância de população escrava desde a primeira listagem nominativa, em 1795. A figura abaixo é uma representação gráfica dos índices já demonstrados no quadro 1.1 que confirmou o peso do segmento cativo desde o final do século XVIII.

Figura 2.1: População livre e escrava no Distrito da Lage nos anos de 1795, 1831, 1835, 1838.



Fontes: Rol de Confessados da Paróquia de Santo Antônio da Vila de São José  
Lista Nominativa de 1831  
Mapas de População 1833-1835 <sup>6</sup>  
Lista Nominativa 1838

A superioridade numérica da população escrava desde o final do século XVIII indica que a região fora ocupada por gente de posse que nela introduziu o apego escravista. A tabela comparativa dos quatro momentos históricos mostra-nos um crescimento da ocupação no distrito. Quando se trata de observar a composição racial dessa população detecta-se um aumento da população parda livre.

<sup>6</sup> APM . SP1 PP10, Caixa 42 , Mapa de População.

Quadro 2.1: Composição da população livre e escrava por raça / origem

LIVRES						
	Branc	Afric	Criou	Par	Cabr	Total
1795	224	9	11	99	11	354
1831	225	7	69	236	46	583
1838	350	7	102	401	30	890
ESCRAVOS						
	Afric	Criou	Par	Cabr	Total	
1795	244	189	34	19	486	
1831	291	306	45	18	660	
1838	403	514	79	27	1023	

Fontes: Rol de Confessados de 1795

Lista Nominativa de 1831

Lista Nominativa de 1838

O comportamento dos percentuais de pessoas brancas é inversamente proporcional ao dos pardos. Em 1795 os brancos representaram 63,3% da população livre, contra 28% de pardos livres. À medida que se adentrou o século XIX, a população branca pouco cresceu em valores numéricos absolutos, passando a representar 38,6% em 1831 e, 39,3% em 1838. A camada de pessoas pardas triplicou em valores numéricos absolutos e, percentualmente, subiu para 40,5% dos livres em 1831. Mantendo sua tendência ascendente, a população parda já atingiu a cifra de 45% da população livre em 1838. Clotilde PAIVA (1996) atribuiu os 22,2% de pessoas pardas na Capitania em 1776 ao movimento migratório interno. Segundo a autora, tal índice de população parda não pode ser atribuído apenas à miscigenação.

Os 15,83% de população parda livre e escrava no Distrito da Lage em 1795, podem indicar que a região, nessa data, ainda é uma recente área de ocupação branca. A predominância inicial dos brancos dentre a população livre, demonstrada pela lista de 1795, pode estar refletindo a recente ocupação da região. Sabe-se que passada a efervescência do surto da exploração aurífera, as terras férteis próximas às regiões mineradoras começaram a se mostrar cada vez mais atrativas aos olhos da população. As possibilidades de rendas nos negócios de abastecimento da Capitania das Minas não passaram despercebidas aos homens da terra. O fato é que, seja porque os sinais de esgotamento das minas empurravam as pessoas para novos ramos produtivos, ou porque as atividades de abastecimento chegavam a rivalizar em termos de rendas com as atividades mineradoras, ou ainda a conjugação destes dois fatores, as terras férteis foram ocupadas.

O mais completo estudo demográfico sobre Minas Gerais discutiu as alterações demográficas provocadas a partir da diminuição da produtividade aurífera no século XVIII, apresentando as estimativas de um comportamento demográfico diferenciado entre as comarcas no período de 1776-1808. Segundo a autora, nesse período a Comarca do Rio das Mortes passou a concentrar o maior percentual de habitantes. Acrescentando ainda que a “estrutura etária por sexo e condição de 1808 apresenta sinais de que, nas primeiras décadas do dezenove a população livre de cor passa a predominar em termos numéricos”. (PAIVA, 1996, p. 16)

No entanto, desde a década de 1950, Mafalda ZEMELLA ao estudar o abastecimento da Capitania já havia advertido sobre as mudanças introduzidas na economia das Minas ao final dos setecentos. Fatores tais como a menor demanda de escravos nas atividades mineradoras influenciando na queda de preços dos escravos, abriram maiores chances para o crescimento das atividades agrícolas. Tais mudanças ajudariam para que antigas regiões mineradoras sofressem um deslocamento nas suas atividades produtivas, dentre as que enveredaram pela vida rural, a Comarca do Rio das Mortes é a mais citada. (ZEMELLA, 1951)

Tal predominância branca na composição da população livre da primeira fase de ocupação da região vem confirmar as noções acerca da terra no período colonial sugeridas por FARIA (1996). Segundo a autora poucos foram os que se aventuraram a enfrentar os sertões sem o pano de fundo

viabilizado pela administração metropolitana e tiveram sucesso. Isto, na verdade, demonstrava que a terra não era um bem ilimitado, tampouco acessível a todos. A aquisição de sesmarias somente era garantida àqueles que tivessem alguma forma de regalia, inclusive o apoio da administração metropolitana, práticas que acabavam por vedar, a muitos, a participação na rede de poder e solidariedade constituída entre os brancos escravistas. Ainda segundo a autora, a criação ou ereção de um povoado e a manutenção de uma ocupação eficiente só eram conseguidas através de maiores condições bélicas, o que era atributo dos mais poderosos.

Outro aspecto a ser considerado sobre a abertura de terras para a ocupação a entrega de sesmarias. Lembrando, ainda, que as sesmarias representaram as formas de doações de terras no Brasil desde a estada de Martim Afonso em Vicente, no ano de 1532, transformando-se no sistema reforçado e recomendado com o fim de povoamento e aproveitamento das terras. O início da fase da mineração forçou a introdução de maiores exigências para a distribuição e medida de sesmarias, sobretudo, pelas características que o território mineiro assumiria a partir de então. A limitação das concessões, o tamanho do lote, a exigência de medição e demarcação judicial foram condições impostas para que a terra fosse concedida.

As questões de ocupação das terras relacionadas ao comportamento demográfico indicam que “a predominância de brancos entre os livres pode, por exemplo, estar associada a uma posição subsidiária da região dentro da economia mineratória de períodos anteriores, possivelmente por serem zonas de abastecimento onde a dependência da mão-de-obra escrava era menor e as oportunidades de mestiçagem mais reduzidas, como é o exemplo da região Sudeste”. (PAIVA 1996, p. 98).

Mas, o encontrado na região não se enquadrou nesses padrões analíticos. A região não é uma antiga área de mineração, tampouco permaneceu como lugar de predominância de população branca dentre os livres. Em contrapartida apresentou altos índices de importação de escravos demonstrando sua integração nas linhas do comércio internacional. A redução dos índices participativos de brancos na população parece indicar o afluxo de escravos africanos e também a emigração dessa camada racial em busca da abertura de novas terras nas regiões de fronteira, situação demonstrada com a diminuição dos homens brancos em fase produtiva no intervalo entre 1795 e 1838. No entanto, a abertura de novas terras nas regiões de fronteira não é entendida como evidência de estagnação econômica, ao contrário ela sinaliza o comportamento característico da ampliação colonial que se produzia e reproduzia na fronteira. A abertura de novas terras era a condição de desdobramento do domínio dos filhos dos proprietários.

A participação africana na constituição da população escrava em 1795 é da ordem de 50,2%. Em 1831 os africanos foram 44,0% dos escravos e em 1838 representaram 39,5% do total de cativos. Tais dados permitem avaliar o grau de acesso do distrito às linhas comerciais do tráfico africano de escravos, embora também eles indiquem também o crescimento gradual de outros grupos na constituição da população escrava.

Não obstante a tendência decrescente à medida que se avançou o século XIX, os níveis percentuais de escravos africanos ainda superaram em mais que o dobro os 15% de cativos africanos encontrados por GUTIÉRREZ na economia não exportadora do Paraná.<sup>7</sup> Tomando-se como referência os dados encontrados por SCHWARTZ em seu estudo sobre a Bahia, pode-se afirmar que a participação africana na população escrava do distrito não exportador foi sempre alta.

Os africanos aqui escravizados representaram bem menos que os 70% de africanos que compuseram a população escrava do Recôncavo Baiano, de 1600 até o fim do período colonial. Porém, o mesmo autor detectou apenas 30% de africanos na composição escrava da subcapitania do Sergipe no censo de 1785. Considerando-se que essa última região foi também uma região açucareira, mas fora dos principais eixos do tráfico internacional de escravos, detecta-se, aqui no distrito, uma razoável participação no tráfico internacional de escravos. Os índices de 50,2%,

---

<sup>7</sup> GUTIÉRREZ (1988) citado no trabalho de PAIVA (1996).

44,0%, 39,5% dos africanos dentre os cativos nos respectivos anos de 1795, 1831, 1838 confirmam tal acesso.<sup>8</sup>

Segundo PAIVA (1996), o trabalho de SCHWARTZ está dentre os primeiros a observar que a diferenciação dos padrões demográficos de escravos denota áreas economicamente distintas. O que os dados demográficos estão a demonstrar é um forte apego escravista que, ao enfrentar maiores dificuldades de manter uma exclusiva reposição de mão-de-obra escrava via tráfico, soube combinar outros fatores para a reposição de sua força de trabalho.

A diminuição dos índices de africanos entre os escravos do distrito foi compensada pelo crescimento da população nativa (crioulos, pardos e cabras). A participação nativa na população escrava passou de 38,9% em 1795 para 46,3% em 1831, subindo para 50,3% em 1838. Esse crescimento da população escrava nacional, obviamente, contribuiu para que a proporção cativa da população distrital diminuísse em apenas 4% entre 1795 e 1838.

A despeito dos decrescentes índices de participação africana no total dos cativos, o seu comportamento demográfico revela a continuidade da entrada de escravos via tráfico internacional. O desequilíbrio entre os sexos mostra-se bastante elevado dentre os africanos, sinalizando a dependência da reposição externa de mão-de-obra; diferentemente ocorre entre os nativos, que apresentam razões equilibradas entre os sexos, indicando, desse modo, serem naturais do próprio distrito.

A análise da população nativa mostra que a superioridade masculina de escravos crioulos está quase compensada na superioridade de crioulas livres. Isso, além de equilibrar a diferença entre os sexos, aponta para a maior facilidade com que as mulheres conseguiram se livrar do cativo.

O quadro 2.2 apresenta a população separada por raça e sexo, onde se pode melhor visualizar as taxas de masculinidade e o crescimento do contingente crioulo na composição racial dos escravos. Lembrando que o escravo crioulo foi o escravo nascido no Brasil, ou seja não era oriundo África.

Quadro 2.2: População livre e escrava por raça e sexo no Distrito de Lage.

LIVRES												
	BRANC		AFRIC		CRIOU		PARD		CABR		TOTAL	
ANO	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
1795	114	110	07	02	03	08	49	50	05	06	178	176
1831	106	119	04	03	23	46	104	132	22	24	259	324
1838	180	170	06	03	40	62	195	207	13	17	434	459
ESCRAVOS												
	AFRIC		CRIOU		PARDO		CABR		TOTAL			
ANO	Hom	Mulh	Hom	Mulh	Hom	Mulh	Hom	Mulh	Hom	Mulh	Hom	Mulh
1795	193	51	101	88	22	12	09	10	325	161		
1831	212	79	160	146	24	21	9	9	405	255		
1838	299	102	269	245	42	36	15	12	625	395		

Fontes: Rol de Confessados de 1795, listas nominativas de 1831 e 1838.

Outro fator demográfico indicativo do comportamento escravista do Distrito é o crescimento do número de crianças crioulas de 0 a 9 anos. Em 1795 os escravos crioulos na faixa de 7 a 9 anos somavam um total de 23 pessoas. Em 1831 os escravos crioulos na faixa de 0 a 9 anos foram 97 pessoas e subiram para um total 170 no ano de 1838. Isso demonstra o crescimento do número de crianças escravas nascidas nas fazendas do Distrito. Percebe-se um crescimento acentuado dessa porção da população escrava, confirmando a ideia anterior de que, o crescimento do número de

<sup>8</sup> SCHWARTZ (1988)

cativos crioulos não estava refletindo os possíveis movimentos de um comércio regional ou interprovincial de escravo.

Escravistas desde suas origens, numa economia não exportadora, as fazendas apresentaram um comportamento produtivo diversificado. Quando têm seu perfil doméstico e cotidiano comparado com aqueles modelos tradicionalmente apresentados pelas fazendas tipicamente exportadoras, elas evidenciam uma vida cotidiana simples sem a apresentação de grandes faustos. Mas, quando sua riqueza e trastes das casas são comparados com aqueles apresentados pelas populações distribuídas pelos arraiais e cidades do século XIX, depara-se com um quadro de relativa capacidade econômica em oposição a exiguidade das condições de sobrevivência das populações à margem dos setores mais economicamente mercantilizados.

A formação desses complexos agrário-mercantis não exportadores vem confirmar as percepções históricas que reveem as bases sociais do escravismo no Brasil. As atuais tendências de pesquisa já rejeitam a vinculação exclusiva do escravismo às *plantations* exportadoras, apresentando também um esforço de compreensão da estratificação social, bem como da distribuição espacial da propriedade cativa. Para que se possa compreender mais apropriadamente a estratificação social no Brasil escravista, inúmeros trabalhos vêm procurando detectar as diferenças inerentes às estruturas produtivas, quanto à posse e comportamento demográfico de cativos, através da análise de censos e listas nominativas.

Quadro 2.3: Distribuição da posse de escravos e fogos possuidores quanto ao tamanho dos plantéis.

Tamanho dos plantéis	1795				1831				1838			
	Nº Escrav o	%	Nº Fogos	%	Nº Escravo	%	Nº Fogos	%	Nº Escrav o	%	Nº Fogos	%
1 a 5 escr	65	13.4	25	49.0	94	14.2	37	59.7	95	9.3	43	48.3
6 a 10 escr	65	13.4	9	17.6	31	4.7	4	6.5	134	13.1	18	20.2
11a15 escr	56	11.5	5	9.8	90	13.6	7	11.3	52	5.1	4	4.5
16a20 escr	51	10.5	3	5.9	51	7.7	3	4.8	109	10.7	6	6.7
21a25 escr	138	28.4	6	11.8	88	13.3	4	6.5	158	15.4	7	7.9
26 a 30 escr	-	-	-	-	57	8.7	2	3.2	111	10.8	4	4.5
Mais de 30	111	22.8	3	5.9	249	37.8	5	8.0	364	35.6	7	7.9
Total	486	100	51	100	660	100	62	100	1023	100	89	100

Fontes: Rol de Confessados de 1795; Lista Nominativa de 1831; Lista Nominativa de 1838.

De acordo com o que se pode apreender do quadro 2.3, quase ou mais da metade dos fogos possuiu até 5 escravos em todos os momentos históricos analisados. Isso evidencia a ampla base social do escravismo no distrito. Os 51 fogos possuidores de escravos em 1795 representaram 60,71% dos fogos existentes na época, todavia, esse percentual apresentou na década de 30 uma queda. Em 1831 os 62 fogos possuidores de escravos eram 51,23% dos fogos enumerados, enquanto em 1838 os 89 possuidores de escravos foram os 52,35% dos fogos então arrolados. Parece que essa região apresentou maiores oportunidades de acesso à propriedade escrava que outras estudadas. De acordo com os estudos efetuados por LUNA & COSTA (1983), os domicílios escravistas de São Paulo representaram a quarta parte dos domicílios listados em 1804. Estamos, portanto, diante de uma mais ampla base social do escravismo.

Essa difusão da propriedade escrava se assemelha ao que já vem sendo observado para outras regiões, embora apresente alguns outros traços divergentes. Ainda sobre os domicílios paulistas de 1804, os autores afirmam que 70% deles possuíam até 5 cativos, e em seu conjunto agregaram a quarta parte dos escravos possuídos. No Distrito da Lage os fogos com até 5 cativos variaram de 49,0%, 59,7%, 48,3%, detendo 13,4%; 14,2%; 9,3% dos escravos possuídos respectivamente nos anos de 1795, 1831, 1838.

A combinação entre um maior percentual de domicílios com propriedade escrava no total dos fogos arrolados nas listas e mais baixos índices percentuais de domicílios com até 5 cativos, detentor de uma fração bem mais baixa do total da população escrava, indica que a região está mais firmemente integrada nas linhas internas do mercado da capitania e, posteriormente, da província, apresentando uma razoável capacidade de acumulação de capital. Isso demonstra que há um bom número de pequenas propriedades de cativos ao lado de um número bastante elevado de médias e grandes propriedades escravistas, se comparadas com outras regiões não exportadoras.

Os estudos efetuados por GUTIÉRREZ (1987) sobre o Paraná, região também fora dos limites da agroexportação, apresentaram a predominância de propriedades bem menores que aquelas encontradas no Distrito da Lage. O autor escreveu que os possuidores de 1 a 3 cativos alcançaram a ordem de 56% do total; enquanto os proprietários de 10 ou mais escravos representaram 15% do conjunto de senhores do Paraná. Comparando os índices do Paraná com os índices do distrito encontra-se um padrão de propriedade escrava bem superior. Os proprietários de 10 ou mais escravos representaram acima de 28% do total de possuidores de escravos, em todos os momentos analisados. Os proprietários com até 3 escravos possuíam 6,1%; 8,2%; 6,4% do total de escravos e representaram 33,3%; 45,2%; 40,4% dos proprietários, respectivamente, nos anos de 1795, 1831, 1838.

Os padrões de posse no Distrito da Lage mostraram-se acima da média mineira. Tais considerações, acerca de maiores posses de escravos na Lage, podem ser também corroboradas frente aos padrões de propriedade cativa adotados por PAIVA (1996). A autora dividiu a posse de escravos em pequenos, compostos de 1 a 3 cativos; médios, de 4 a 10 cativos; grandes, os que possuem de 11 a 49 cativos e os muito grandes, os que possuem acima de 50 escravos.

Dentro desse critério, percebe-se que há grande disseminação de médios e grandes proprietários na região estudada, colocando-a numa posição intermediária entre as grandes posses de regiões agroexportadoras açucareiras e outras regiões produtoras de alimentos para o abastecimento interno, contudo menos integradas nas linhas do comércio interno da colônia. Tomando as palavras da autora tem-se a afirmação de que “a presença de posses grandes pode revelar a presença de atividades que dependem de mão-de-obra cativa em larga escala, ligadas ao setor mais dinâmico da economia”. (PAIVA, 1996, p.102)

Seguindo os padrões acima sugeridos a distribuição de cativos ficaria assim:

Tamanho dos Planteis	1795				1831				1838			
	Nº Escrav	%	Nº Fogos	%	Nº Escrav	%	Nº Fogos	%	Nº Escrav	%	Nº Fogos	%
1 a 3 cat	30	6.2	17	33.3	54	8.2	28	45.2	65	6.4	36	40.4
4 a 10 cat	100	20.6	17	33.3	71	10.8	13	21.0	164	16.0	25	28.1
11 a 49 cat	356	73.2	17	33.3	354	53.6	18	29.0	582	56.9	25	28.1
Mais de 50	-	-	-	-	181	27.4	3	4.8	212	20.7	3	3.4
Total	486	100		99.9	660	100	62	100	1023	100	89	100

Fontes: Rol de Confessados de 1795; Lista Nominativa de 1831; Lista Nominativa de 1838.

Isso posto, tem-se que a propriedade escrava na região em questão encontrou-se bastante difundida com uma superioridade percentual de fogos com escravos, frente ao conjunto mineiro de

32,5% encontrado por PAIVA (1996). Além disso, o tamanho das posses escravas mostrou-se também acima da média provincial mineira. Cerca de um quarto dos fogos possuía apenas um cativo e mais da metade deles tinha até três escravos. (PAIVA,1996, p.103)

Os índices apresentados pelo Distrito de Lage foram superiores ao conjunto provincial mineiro, uma vez que, em nenhum momento, as propriedades com até três escravos chegaram a representar a metade dos possuidores de escravos.

Desse modo, reafirma a ideia da existência de padrões locais e regionais de propriedade, com escala bastante variada de operação das empresas agrícolas escravistas, criando os complexos agrários locais e regionais. O escravismo e a estrutura social dessas regiões devem ser pensados dentro desse quadro, que acaba por ditar o status social do proprietário de terras e escravos frente ao modelo regionalmente predominante. Isso foi o que sugeriu CASTRO (1988, p.40) quando escreveu que “cada complexo agrário local ou regional engendrava, internamente, sua própria estratificação social no concernente aos proprietários.”

Esse predomínio econômico e social não é articulado fora da cobertura institucional da organização do aparelho administrativo do estado. Por isso, os fazendeiros escravistas constantemente se envolviam em disputas com seus escravos, contra seus escravos transformando as ações da justiça em atitudes isentas de neutralidade. Não foi incomum que os cativos se envolvessem em brigas de seus senhores, contra seus senhores e, quando sob o julgamento dos juízes, seu julgamento variava de acordo com a posição e o lugar ocupado. Finalmente algumas considerações acerca da influência exercida pelos proprietários escravistas sobre o funcionamento da justiça.

### **Os fazendeiros escravistas e a justiça**

Procuramos demonstrar como o apego a escravidão deu lugar a uma formação social escravista que envolvia desde os contingentes sociais até o domínio das propriedades. O quadro social de apego a escravidão na Comarca do Rio das Mortes, bem como o domínio econômico que os fazendeiros escravistas lograram alcançar em um território de agricultura mercantil de abastecimento não deixava de influenciar nos trabalhos da justiça. As demandas na justiça surgiam das questões sociais e civis vigentes. Os crimes possuíam sua dimensão social e histórica e por esse motivo, os senhores se envolveram em brigas com seus vizinhos e levaram escravos para fortalecer seu partido.

As relações escravistas criavam vínculos de organização da vida cotidiana, uma vez que os senhores para além de sua posição de proprietários, também se constituíam em sujeitos históricos possuidores de parentes, vizinhos, compadres, amigos e inimigos. Por sua vez, também os cativos tinham sua vida social e vez por outra participavam de festas, de grupos e de conflitos. Os papéis de proprietários de terras e de cativos ou os de cativos no trabalho não excluía a participação em outras vivências sociais.

De outro lado, os senhores se viram acionados pelos direitos ou desejos dos escravos no que dizia respeito a liberdade prometida ou a ser adquirida através da compra de alforria. Havia também os casos em que os escravos se envolviam em brigas e praticavam os crimes ou eram vitimados nas brigas. Todas essas situações envolviam os senhores de escravos.

Os processos crimes apresentam de forma contundente a presença maciça dessa enorme parcela de cativos na população da Comarca do Rio das Mortes. Os escravos estiveram presentes em muitos processos e neles não receberam os mesmos tratamentos. O funcionamento da justiça não era e nem pretendia ser igualitário.

A justiça régia se marcava pela diferença no tratamento aos réus de acordo com as condições históricas vigentes e estatuto dos processados. Muitos foram os casos de escravos incriminados em brigas que praticaram por parte de seus senhores e, nesse caso, recebiam um tipo de tratamento jurídico, chegando mesmo a ser beneficiados com institutos jurídicos não extensíveis a todos. Dizia-se, quando a pedido do senhor que o autor havia acusado através da ação de crime por si e “por

cabeça também de seus escravos”. Nesse caso, os cativos recebiam o mesmo tratamento jurídico dos senhores.

Havia situações em que os cativos se envolviam em brigas pessoais e acabavam presos. Eles deviam contar com a boa vontade dos senhores para cuidar de seus livramentos. Para complicar ainda mais essa situação, havia ainda um agravante possível, quando o escravo preso era acusado de crime contra outro escravo. Ele ainda dependia do perdão do senhor do cativo ofendido.

Já os forros ou coartados em ação judicial passavam por inúmeros apuros. Não raro, os advogados e ou as partes em processo investigavam a vida do ex-escravo, vasculhando a possibilidade de que o escravo ainda devesse parcela da dívida de sua liberdade. Tal fato contava com ampla probabilidade. Nesse caso, o escravo ficava impedindo de acionar os serviços da justiça por si e qualquer processo movido perdia o direito da justiça régia.

As brigas de escravos contra seus senhores eram as mais difíceis para o cativo. Para lutar judicialmente contra seu senhor, além de precisar do curador, ainda devia contar com a dos juízes e das autoridades constituídas. Relatos processuais mostram o quanto os ditames da justiça eram descumpridos quando se tratava de causa movida por escravos ou forros. Para os escravos, o tratamento poderia ganhar uma conotação ainda mais diversificada. Viver em um mundo escravista sem a sombra paternalista dos senhores poderia se tornar um inferno. Na escala dos tratamentos judiciais localizados, o pior foi o acontecido com Maria de nação Congo, que brigava pela sua liberdade contra a vontade de seus senhores.

Desse modo, consideramos que a sociedade escravista representava uma forma social de domínio de todas as esferas da vida social e que para estudar a escravidão ainda resta levantar os pontos em que a justiça régia afirmava nas suas práticas a legitimidade escravista. Para além das práticas do domínio social e econômico, as outras esferas da história também cumpriam a função social de garantir as relações sociais de dominação escravista. Os domínios da justiça não passavam ao largo das relações escravistas. Assim, procuramos mostrar como a construção da riqueza social através do domínio social e do trabalho escravo passava também pelo braço da ação jurídica.

## BIBLIOGRAFIA

- CARDOSO, Ciro Flamarion. (org.) *Escravidão e Abolição no Brasil: Novas perspectivas*. R. J.: Zahar Editor, 1988.
- CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio: o significado da liberdade no sudeste escravista - Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CONRAD, Robert E. *Tumbeiros; o tráfico de escravos para o Brasil*.(trad.) São Paulo: Brasiliense, 1985.
- COSTA, Iraci del Nero da. *Minas Gerais: estruturas populacionais típicas*. São Paulo: EDEC, 1982.
- COSTA, Iraci del Nero; SLENES Robert W. & SCHWARTZ, Stuart. A Família escrava em Lorena (1801). *Revista de Estudos Econômicos*. São Paulo: 17(2),1987. p 245-295.
- ELTIS, David. *Economic growth and ending of the transatlantic slave trade*. Oxford, Oxford University Press, 1987.
- FARIA, Sheila Siqueira de Castro. A questão da terra livre no Brasil Colônia e conflitos sociais. *Anais do II Congresso Brasileiro de História Econômica, 3a Conferência Internacional de História de Empresas*. Niterói: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE). Instituto de Ciências e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Volume I.
- FIGUEIREDO, Luciano Raposo Almeida. *Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 7 ed. São Paulo: Nacional, 1971.

- GENOVESE, Eugene. *O mundo dos senhores de escravos: dois ensaios de interpretação*. (Trad.) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei(1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002.
- GRAHAM, Richard. *Escravidão, reforma e imperialismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- GUIMARAES, Carlos Magno. Inconfidência, estrutura agrária e escravidão. *Revista do Departamento de História*. FAFICH, UFMG. Belo Horizonte: Ed comemorativa, n.9, 1989. p. 161-179.
- GUIMARAES, Carlos Magno e REIS, Liana Maria. Agricultura e caminhos de Minas (1700/1750). *Revista do Departamento de História*. FAFICH, UFMG. Belo Horizonte: N. 4, Junho de 1987, p.85-99.
- GUIMARAES, Carlos Magno & REIS, Liana Maria. Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700-1750 ). *Revista do Departamento de História*. FAFICH, UFMG. Belo Horizonte: N. 2, 1986, p. 7-36.
- GUTIÉRREZ, Horácio. Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná 1800-1830. *Revista de Estudos Econômicos*. São Paulo: 17 (2), 1987, p. 297-314.
- GUTIÉRREZ, Horácio. Crioulos e africanos no Paraná. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: 8 (16), 1988, p. 161.
- GUTMAN, Herbert G. *The black family in slavery and freedom. 1750-1925*. New York: 1976.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 18ed, 1986.
- IGLÉSIAS, Francisco. Política Econômica do Governo Provincial Mineiro, 1835-1889. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958.
- KLEIN, Herbert. A escravidão africana; América Latina e Caribe. (trad.) São Paulo: Brasiliense, 1987.
- LARA, Sílvia H. Campos da violência. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988
- LENHARO, Alcir. *Tropas da Moderação - O abastecimento da Corte na formação política do Brasil-1808/1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.
- LEWKOWICZ, Ida & GUTIÉRREZ, Horácio. O trabalho infantil em Mariana na primeira metade do século XIX. Belo Horizonte: *Anais do 19<sup>o</sup> Simpósio Nacional de História da ANPUH*, julho de 1997.
- LIBBY, Douglas Cole & GRIMALDI, Márcia. Equilíbrio e estabilidade: economia e comportamento demográfico num regime escravista, Minas Gerais no século XIX. *Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Vol.3. Olinda: ABEP, 1988, p. 413-442.
- LIBBY, Douglas Cole & PAIVA, Clotilde de A. *Profiles of a late eighteen-century slave parish: São José Del Rei in 1795*. Washington : 1997. (mimeo.)
- LIBBY, Douglas Cole. Sociedade e Cultura escravistas como obstáculos ao desenvolvimento econômico: notas sobre o Brasil Oitocentista. *Revista de Estudos Econômicos*. São Paulo: V. 23, N. 3, 1993.
- LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LUNA, Francisco V; COSTA, Iraci del Nero. Minas Colonial: Economia e Sociedade. São Paulo: FIPE/PIONEIRA, 1982.
- MARCILIO, Maria Luiza (org.). *Demografia Histórica*. São Paulo: Novos Ubrais, 1977
- MARTINS, Angela Magalhães. Século XIX: estrutura ocupacional de São João del Rei e Campanha. In: *V Seminário sobre Economia Mineira*. Diamantina: CEDEPLAR, 1990.
- MARTINS, Maria do Carmo. Revisitando a Província: comarcas, termos, distritos e população de Minas Gerais em 1833-35. *V Seminário sobre Economia Mineira*. Diamantina: CEDEPLAR, 1990.
- MARTINS, Roberto B. *A Economia Escravista de Minas Gerais no Século XIX*. CEDEPLAR, Belo Horizonte: 1982. (mimeo)

- MAXWELL, Kenneth. *Devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808*. (Trad), Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- METCALF, Alida C. Vida Familiar dos escravos em S. Paulo no século XVIII: o caso de Santana de Parnaíba. *Revista de Estudos Econômicos*. São Paulo: 17(2), 1987, p. 229-243.
- MOTTA, José Flávio. O advento da cafeicultura e a estrutura da posse de escravos ( Bananal , 1801-1829). *Revista de Estudos Econômicos*. São Paulo: v.21, n.3, 199, p. 409-434.
- MOTTA, José Flávio. A família escrava e a penetração do café em Bananal, 1801-1829. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. São Paulo: 5(1), 1988, p. 71-101.
- PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. São Paulo: USP, 1996. (Tese de Doutorado).
- PAIVA, Clotilde A. de & KLEIN, Herbert S. Escravos e livres nas Minas Gerais do século XIX: Campanha em 1831. *Revista de Estudos Econômicos*. São Paulo: V.22, N.1, 1992, p.129-151.
- SLENES, Robert W. Lares negros, olhares brancos: Histórias da Família escrava no século XIX. *Rev. Brasileira de História*. São Paulo: v.8 n.16, 1988, p. 189-203.
- SLENES, Robert W. *Os múltiplos de porcos e diamantes: A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. 1985. (mimeo.).
- SLENES, Robert W. Escravidão e Família: Padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas , século XIX). *Revista de Estudos Econômicos*. São Paulo 17 (2), 1987, p.175-217.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1500-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SOBRINHO, Adalberto Batista. *A Demografia de uma sociedade escravista: População livre e escrava de Minas Gerais em 1831/1832*. Belo Horizonte: UFMG/ Departamento de História, 1995 ( Dissertação de Mestrado).
- SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro. A pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- VENANCIO, Renato Pinto. A riqueza do senhor: crianças escravas em Minas Gerais do sec. XIX. *Estudos Afro-Asiáticos*. Número 21. R. Janeiro: 1991, p. 97-28.
- ZEMELLA, Mafalda. *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais*. São Paulo: 1951.